

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 27.093 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 21.068 mil. São Paulo, 13 de março de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		1.075.947	3.701.477	Circulante		723.336	3.279.787
Disponibilidades		3.110	231	Depósitos	9	83.506	98.579
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	450.006	532.290	Depósitos a prazo.....		83.506	98.579
Aplicações no mercado aberto.....		12.051	-	Instrumentos financeiros derivativos	6	197.568	28.139
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		437.955	532.290	Instrumentos financeiros derivativos.....		197.568	28.139
Instrumentos financeiros derivativos	6	197.724	28.565	Outras obrigações	7, 8 e 10	442.262	3.153.069
Instrumentos financeiros derivativos.....		197.724	28.565	Carteira de câmbio.....		425.071	3.140.359
Outros créditos	7 e 8	425.107	3.140.391	Fiscais e previdenciárias.....		16.078	11.505
Carteira de câmbio.....		425.071	3.140.359	Diversas.....		1.113	1.205
Diversos.....		36	32	Exigível a longo prazo		60.595	412.540
Realizável a longo prazo		84.019	339.792	Depósitos	9	13.407	116.403
Instrumentos financeiros derivativos	6	24.338	273.241	Depósitos a prazo.....		13.407	116.403
Instrumentos financeiros derivativos.....		24.338	273.241	Instrumentos financeiros derivativos	6	24.247	273.192
Outros créditos	8	59.681	66.551	Instrumentos financeiros derivativos.....		24.247	273.192
Diversos.....		59.681	66.551	Outras obrigações	8 e 10	22.941	22.945
Permanente		38	38	Fiscais e previdenciárias.....		22.941	22.945
Investimentos		38	38	Patrimônio líquido	12	376.073	348.980
Outros investimentos.....		38	38	Capital social.....		208.218	208.218
				De domiciliados no exterior.....		208.218	208.218
				Reservas de capital.....		18.617	18.617
				Reservas de lucros.....		149.238	122.145
Total do ativo		1.160.004	4.041.307	Total do passivo e patrimônio líquido		1.160.004	4.041.307

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)							
Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Reservas de lucros		
Em 31 de dezembro de 2014		158.218	18.617	13.297	137.780	-	327.912
Aumento de capital.....	12	50.000	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	21.068	21.068
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	1.053	-	(1.053)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	20.015	(20.015)	-
Em 31 de dezembro de 2015		208.218	18.617	14.350	107.795	-	348.980
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	27.093	27.093
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	1.355	-	(1.355)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	25.738	(25.738)	-
Em 31 de dezembro de 2016		208.218	18.617	15.705	133.533	-	376.073
Em 30 de junho de 2016		208.218	18.617	14.350	107.795	12.774	361.754
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	14.319	14.319
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	1.355	-	(1.355)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	25.738	(25.738)	-
Em 31 de dezembro de 2016		208.218	18.617	15.705	133.533	-	376.073

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição") atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association (com sede em Nova Iorque, Estados Unidos da América), autorizada a operar com as carteiras comercial e câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. (b) **Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções e operações de swaps, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e termos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Para cálculo do valor de mercado de opções são utilizados os seguintes critérios: *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. (c) **Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. (e) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (f) **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, civil e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (g) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (h) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2016: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabeleceu a Lei nº 13.169/15. (g) **Caixa e equivalentes de caixa** - São demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa e incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (h) **Informações para efeito de comparabilidade:** Foram efetuadas reclassificações na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, do saldo de Depósitos de atividades de financiamento para atividades operacionais a partir do exercício de 2016. Para fins de comparabilidade foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 93.829. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades no montante de R\$ 3.110 (2015 - R\$ 231) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 12.051 (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 437.955 (2015 - R\$ 532.290) com vencimento em janeiro de 2017 (2015 - até janeiro de 2016) e aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 12.051 com vencimento em janeiro de 2017. **6. Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e nas datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador			
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Operações de swap	65.881	65.881	1.865.802
Moedas.....	51.424	51.424	522.260
Outros.....	14.457	14.457	1.343.542
Outros derivativos	145.226	144.979	1.445.806
Moedas.....	145.226	144.979	1.445.806
Operações com opções	10.955	10.955	418.400
Compra de opção:	10.955	-	209.220
Compra de dólar.....	504	-	110.220
Venda de dólar.....	10.451	-	99.000
Venda de opção:	-	10.959	209.220
Compra de dólar.....	-	504	110.220
Venda de dólar.....	-	10.451	99.000

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado				
	Valor de custo	Perdas não realizadas	Ganhos/ Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	226.159	(4.097)	222.062	301.806
Operações de swap.....	68.220	(2.339)	65.881	271.222
Outros derivativos.....	148.367	(3.141)	145.226	30.584
Operações com opções.....	9.572	1.383	10.955	-
Passivo	226.002	(4.187)	221.815	301.331
Operações de swap.....	68.220	(2.339)	65.881	271.222
Outros derivativos.....	148.210	(3.231)	144.979	30.109
Operações com opções.....	9.572	1.383	10.955	-

c. Composição do valor nominal por vencimentos						
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Total 2016	Total 2015
Operações de swap.....	522.260	219.800	310.000	813.742	1.865.802	1.655.340
Outros derivativos.....	913.108	146.856	385.842	-	1.445.806	1.168.741
Operações com opções						
- Comprada.....	50.050	159.170	-	-	209.220	-
Operações com opções						
- Vendida.....	50.050	159.170	-	-	209.220	-

d. Valor nominal por local de negociação				
	Balcão (Cetip)	Total 2016	Total 2015	
Operações de swap.....	1.865.802	1.865.802	1.655.340	
Outros derivativos.....	1.445.806	1.445.806	1.168.741	
Operações com opções - Comprada.....	209.220	209.220	-	
Operações com opções - Vendida.....	209.220	209.220	-	

e. Valor nominal por contraparte					
	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Fundos de investimentos	Total 2016	Total 2015
Operações de swap.....	932.901	339.361	593.540	1.865.802	1.655.340
Outros derivativos.....	722.914	530.272	192.620	1.445.806	1.168.741
Operações de opções.....	209.220	-	209.220	418.440	-

f. Resultado por produto				
	Receita	Despesa	Resultado líquido 2016	Resultado líquido 2015
Operações de swap.....	304.265	304.265	-	4.310
Outros derivativos.....	205.835	203.687	2.148	(2.717)
Operações de opções.....	9.262	9.262	-	-

7. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 212.386 (2015 - R\$ 1.562.717) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 212.685 (2015 - R\$ 1.577.642). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 212.416 (2015 - R\$ 1.562.717) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 212.655 (2015 - R\$ 1.577.642). **8. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 4.869 (2015 - R\$ 5.732) (Nota 11), impostos e contribuições a compensar e recuperar no valor de R\$ 610 (2015 - R\$ 591) e devedores por depósitos em garantia de R\$ 54.218 (2015 - R\$ 60.242) (Nota 10 (a)). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 15.786 (2015 - R\$ 11.082) e provisões relacionadas com questionamentos judiciais no valor de R\$ 22.941 (2015 - R\$ 22.930) (Nota 10 (a)).

9. Depósitos				
	Até 3 meses	1 a 3 anos	Total 2016	Total 2015
Depósitos a prazo.....	83.506	13.407	96.913	214.982
Total	83.506	13.407	96.913	214.982

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:				
a) Composição dos saldos patrimoniais				
	Depósitos judiciais	Provisões	2016	2015
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais.....	54.218	60.242	22.941	22.930
Total	54.218	60.242	22.941	22.930

b) Movimentação dos saldos patrimoniais				
	Fiscais e previdenciárias	Obrigações legais - 2016	Total 2015	Total 2016
Saldo inicial	22.930	21.062	1.500	458
Despesas financeiras - Juros.....	-	-	-	(72)
Constituições.....	-	-	-	(1.352)
Antecipações - Anistia.....	-	-	-	(18)
Reversões.....	-	-	-	22.941
Saldo final	22.941	22.930	1.500	458

c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do IR; (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras; e (iii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. **d) Fiscais e previdenciárias - outros passivos contingentes** - A Instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R\$ 24.687 (2015 - R\$ 23.700). A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes avaliados com chances de êxito possível, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 763 (2015 - R\$ 669) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP; e (ii) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 1.784 (2015 - R\$ 1.805).

A Diretoria			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro
Receitas de intermediação financeira		34.047	69.018
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		33.676	66.870
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	6 (f)	371	2.148
Despesas de intermediação financeira		(10.862)	(22.953)
Operações de captação no mercado.....		(10.781)	(22.807)
Resultado de operações de câmbio.....		(81)	(146)
Resultado bruto da intermediação financeira		23.185	46.065
Outras receitas (despesas) operacionais		2.675	3.018
Outras despesas administrativas.....	14 (b)	(562)	(1.039)
Despesas tributárias.....		(1.130)	(2.243)
Outras receitas operacionais.....	14 (a)	5.246	8.232
Outras despesas operacionais.....		(879)	(1.932)
Resultado operacional		25.860	49.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 20 de março de 2017.

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3